



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento
da Universidade Estadual de Londrina

AGEPAR
EDITAL Nº 01/2018
DATA DA PROVA: 04/03/2018

CARGO: (PROVA “C”)
ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO: ADVOGADO
(NÍVEL SUPERIOR)

Conhecimentos Gerais: Questões 01 a 05; **Conhecimentos Específicos:** 06 a 35;
Língua Portuguesa: 36 a 45; **Noções de Informática:** 46 a 50.

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 5 (cinco) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta e da folha de resposta definitiva da prova discursiva.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas, seja para ir embora ou para utilizar os sanitários.
5	Este caderno de provas contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão-resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o cartão-resposta deverá ser devolvido ao fiscal da prova, juntamente com o caderno de prova discursiva na íntegra.
13	O caderno da prova objetiva poderá ser levado somente pelo candidato que se retirar da sala de aplicação de provas no decurso da última hora da realização das mesmas.
14	É obrigatória a saída simultânea dos 3 (três) últimos candidatos, que assinarão a ata de encerramento da aplicação da prova e acompanharão os fiscais à coordenação para lacre do envelope de cartões-resposta.

Identificação do candidato

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

QUESTÕES 01 A 06 - CONHECIMENTOS GERAIS

01. Considere a seguinte análise sobre uma das principais obras da Literatura Brasileira e assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna.

“Publicado pela primeira vez em 1899, Dom Casmurro é uma das grandes obras escritas por _____ e confirma o olhar certo e crítico que o autor estendia sobre toda a sociedade brasileira. Também a temática do ciúme, abordada com brilhantismo nesse livro, provoca polêmicas em torno do caráter de uma das principais personagens femininas da literatura brasileira: Capitu”.

(Guia do Estudante, 23/10/12, com adaptações).

- a) Guimarães Rosa.
- b) José Saramago.
- c) Luís de Camões.
- d) Machado de Assis.

02. Analise a seguinte reflexão sobre um aspecto relevante da atualidade e assinale a alternativa que indica o conceito que preenche corretamente a lacuna.

“A _____ coloca juntas sociedades que antes pareciam distantes, a compressão do tempo-espaço acelera a velocidade com que se processam as relações econômicas e sociais e a rede universal de mídia satura todas as populações de informações e imagens. Esta mídia universalizada integra simbolicamente o mundo, esgarçando as fronteiras culturais. Não há mais possibilidade de isolamento cultural e o fundamentalismo é muitas vezes a forma de resistência e reafirmação de identidades que estão sendo solapadas”.

(LEITE, José Correa. As invenções da política. Tese de Doutorado. PUC-SP, 2005, com adaptações).

- a) globalização.
- b) nacionalização.
- c) privatização.
- d) regionalização.

03. Leia a seguinte crítica sobre uma das maiores produções do cinema brasileiro e assinale a alternativa que indica o título do filme a que se faz referência.

“O filme está entre as produções brasileiras que obtiveram maior repercussão internacional. Em 1999, concorreu ao Oscar de melhor produção estrangeira, mas acabou perdendo para o italiano ‘A Vida é Bela’. O filme narra a história de Dora, uma professora aposentada, interpretada por Fernanda Montenegro, que trabalha escrevendo cartas para analfabetos numa estação de trens no Rio de Janeiro. Uma das clientes de Dora é Ana,

que deseja escrever uma carta com seu filho, Josué, um garoto de nove anos que sonha encontrar o pai que nunca conheceu. Na saída da estação, Ana é atropelada, e Josué fica abandonado. Mesmo a contragosto, Dora acaba acolhendo o menino e acaba levando-o para o interior do Nordeste, à procura do pai. Durante a viagem, ambos se aproximam e formam um forte laço de amizade”.

(Plano Crítico, 03/04/13, com adaptações).

- a) Central do Brasil.
- b) Dona Flor e Seus Dois Maridos.
- c) Cidade de Deus.
- d) O Auto da Compadecida.

04. Leia atentamente a seguinte notícia jornalística sobre a relação entre saúde e meio ambiente.

“Enquanto aumenta a quantidade de casos de febre amarela no Rio de Janeiro, macacos - que não são transmissores - tornaram-se vítimas não só da doença, mas também da população. A Vigilância Sanitária já recolheu quase trinta primatas mortos somente este mês. Especialistas alertam que a morte dos animais prejudica o sistema de vigilância contra a doença, uma vez que eles funcionam como o primeiro alerta da circulação do vírus pela região.”

(Jornal O Globo, 23/01/18, com adaptações).

A este respeito, assinale a alternativa que indica a forma como a febre amarela é transmitida.

- a) A doença é transmitida por um mosquito infectado pelo vírus.
- b) O vírus só se transmite entre humanos já contaminados.
- c) Apenas uma espécie de primatas - o *Ateles paniscus* - é transmissor.
- d) Os macacos ainda são os principais transmissores da doença.

05. Considere os aspectos políticos a seguir e assinale um que NÃO é compatível com o conceito geral de democracia.

- a) Centralização do poder.
- b) Eleições livres e justas.
- c) Igualdade perante a lei.
- d) Participação popular.

QUESTÕES 06 A 35 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

06. Acerca do tema licitações, de acordo com a Lei 8.666 de 1993, assinale a alternativa correta.

- a) Os contratos e seus aditamentos serão lavrados nas repartições interessadas, as quais manterão arquivo cronológico dos seus autógrafos e registro sistemático do seu extrato, salvo os relativos a direitos reais sobre imóveis, que se formalizam por instrumento lavrado em cartório de registro de imóveis, de tudo juntando-se cópia no processo que lhe deu origem.

b) Na hipótese de participar de licitação empresa brasileira em consórcio com empresa estrangeira, a indicação da empresa responsável pelo consórcio poderá recair sobre a empresa estrangeira, desde que prevista essa possibilidade no edital.

c) Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, deverá a Administração proceder à dispensa de licitação.

d) A Administração poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóveis, dispensada licitação, quando o uso destinar-se a pessoa natural que, nos termos de lei, regulamento ou ato normativo do órgão competente, haja implementado os requisitos mínimos de cultura, ocupação mansa e pacífica e exploração direta sobre área rural, desde que respeitados os limites legais relativos ao tamanho da área.

07. Assinale a alternativa INCORRETA, a respeito da concessão e permissão de serviços públicos, com base na Lei 8.987 de 1995.

a) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do poder concedente implicará a caducidade da concessão.

b) A permissão de serviço público será formalizada mediante contrato de adesão, que observará as normas legais pertinentes e regras previstas no edital de licitação, inclusive quanto à estabilidade do contrato.

c) Considera-se encampação a retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de interesse público, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização.

d) O poder concedente poderá intervir na concessão, com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes.

08. Sobre a Política Nacional de Recursos Hídricos, com fulcro na Lei 9.433 de 1997, assinale a alternativa correta.

a) Independe de outorga pelo Poder Público, conforme definido em regulamento, o direito de extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.

b) Os Planos de Recursos Hídricos são planos diretores que visam a fundamentar e orientar a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e o gerenciamento dos recursos hídricos e serão elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País.

c) O Poder Executivo Federal poderá delegar aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, a competência para conceder outorga de direito de uso de recurso hídrico de domínio da União.

d) O uso de recursos hídricos, ainda que para a

satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural, deverá ser precedido de outorga pelo poder público.

09. Acerca dos transportes aquaviário e terrestre, de acordo com a Lei 10.233 de 2001, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A descentralização das ações, sempre que possível, por meio de transferência a outras entidades políticas, mediante convênios de delegação, ou a empresas públicas ou privadas, mediante outorgas de autorização, concessão ou permissão, constitui diretriz geral do gerenciamento da infraestrutura e da operação dos transportes aquaviário e terrestre.

b) As permissões a serem outorgadas pela ANTT para o transporte rodoviário interestadual semiurbano e para o transporte ferroviário e pela ANTAQ aplicar-se-ão à prestação regular de serviços de transporte de passageiros que independam da exploração da infraestrutura utilizada e não tenham caráter de exclusividade ao longo das rotas percorridas, devendo também ser precedidas de licitação regida por regulamento próprio, aprovado pela diretoria da Agência e pelo respectivo edital.

c) As concessões e as suas prorrogações, a serem outorgadas pela ANTT e pela ANTAQ para a exploração de infraestrutura, salvo se precedidas de obra pública, ou para prestação de serviços de transporte ferroviário associado à exploração de infraestrutura, poderão ter caráter de exclusividade quanto a seu objeto.

d) Cabe à ANTAQ, em sua esfera de atuação, promover as revisões e os reajustes das tarifas portuárias, assegurada a comunicação prévia, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis, ao poder concedente e ao Ministério da Fazenda.

10. Assinale a alternativa correta, de acordo com a Lei 9.277 de 1996.

a) A União, por intermédio do Ministério dos Transportes, pode delegar, pelo prazo de até vinte e cinco anos, prorrogáveis por até mais vinte e cinco, aos municípios, estados da Federação ou ao Distrito Federal, ou a consórcio entre eles, a administração de rodovias e exploração de trechos de rodovias, ou obras rodoviárias federais.

b) A União não poderá delegar a exploração de portos sob sua responsabilidade ou sob a responsabilidade das empresas por ela direta ou indiretamente controladas.

c) A delegação da administração de rodovias e exploração de trechos de rodovias será formalizada por meio de lei ordinária.

d) A União não poderá destinar recursos financeiros à construção, conservação, melhoramento e operação das rodovias ou trechos de rodovias e obras rodoviárias federais ou aos portos, objeto de delegação, ainda que tais obras e serviços não sejam de responsabilidade do concessionário.

11. Assinale a alternativa INCORRETA, de acordo com a Lei 15.608 de 2007, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná.

- a) A empreitada por preço global corresponde à contratação de um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional, com as características adequadas às finalidades para que foi contratada;
- b) Na concorrência para a venda de bens imóveis, a fase de habilitação limitar-se-á à comprovação do recolhimento de quantia correspondente a 5% (cinco por cento) da avaliação.
- c) Sobre a formalização dos contratos administrativos, é correto afirmar que é dispensável o termo de contrato e facultada a sua substituição, a critério da Administração e independentemente de seu valor, nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica.
- d) Para fins de realização da licitação na modalidade pregão, consideram-se bens, serviços e obras comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital com base nas especificações usuais praticadas no mercado.

12. Sobre a atividade de regulação no âmbito da área do saneamento básico, de acordo com a Lei 11.445 de 2007, é correto afirmar que:

- a) Deverá ser assegurada publicidade aos relatórios, estudos, decisões e instrumentos equivalentes que se refiram à regulação ou à fiscalização dos serviços, bem como aos direitos e deveres dos usuários e prestadores, a eles podendo ter acesso qualquer do povo, mediante petição escrita em que seja demonstrada a existência de interesse direto.
- b) A independência decisória, incluindo autonomia administrativa, orçamentária e financeira da entidade fiscalizada, a transparência, a tecnicidade, a celeridade e a objetividade das decisões são princípios da função de regulação.
- c) A regulação de serviços públicos de saneamento básico poderá ser delegada pelos titulares a qualquer entidade reguladora constituída dentro dos limites do respectivo Estado, explicitando, no ato de delegação da regulação, a forma de atuação e a abrangência das atividades a serem desempenhadas pelas partes envolvidas.
- d) Constitui objetivo da atividade regulatória definir tarifas que assegurem o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, ainda que se olvide da

modicidade tarifária, mediante mecanismos que induzam a eficiência e eficácia dos serviços e que permitam a apropriação social dos ganhos de produtividade.

13. Assinale a alternativa correta, exclusivamente com base na Lei Complementar 101 de de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal):

- a) O Banco Central do Brasil não poderá comprar diretamente títulos emitidos pela União, ainda que para refinar a dívida mobiliária federal que estiver vencendo na sua carteira.
- b) No dois últimos anos de mandato do Prefeito Municipal não poderão ser realizadas operações de crédito por antecipação de receita.
- c) Considera-se dívida pública mobiliária o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses.
- d) É vedado ao Tesouro Nacional adquirir títulos da dívida pública federal existentes na carteira do Banco Central do Brasil, ainda que com cláusula de reversão, salvo para reduzir a dívida mobiliária.

14. Joana e Letícia decidem escolher quem utilizará um vale refeição que ganharam em uma promoção. A escolha será feita rolando um dado comum de seis faces, sendo que quem tirar o maior número poderá utilizar o vale. Se as duas pessoas tirarem o mesmo número, jogam os dados novamente, até uma vencedora ser definida. Se Joana tirar 2 em sua jogada, qual a probabilidade mais aproximada de Letícia ficar com o vale nessa jogada?

- a) 50%
- b) 67%
- c) 100%
- d) Não seria possível Letícia ficar com o vale.

15. Considere as seguintes afirmações: se um candidato ao concurso estuda muito, ele pode passar no concurso. Se o candidato não estuda, ele também pode ser aprovado no concurso. Se o candidato não possui o diploma de ensino superior, ele não será aprovado no concurso. Sabendo disso, assinale a alternativa que possui uma conclusão lógica:

- a) É possível estudar muito e ser aprovado, mesmo sem diploma de ensino superior.
- b) Quem não estuda não pode ser aprovado, mesmo que tenha diploma de ensino superior.
- c) Se o candidato estuda muito e possui o diploma de ensino superior, ele será aprovado.
- d) Não ter diploma é suficiente para que o candidato seja reprovado.

16. Assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.

a) Admite-se que o ensino religioso confessional - isto é, vinculado a uma crença específica - seja ministrado em escolas da rede pública, sem que isso represente, necessariamente, violação à laicidade do Estado.

b) A liberdade religiosa e a de expressão constituem elementos fundantes da ordem constitucional e devem ser exercidas com observância dos demais direitos e garantias fundamentais, não alcançando, nessa ótica, condutas reveladoras de discriminação, como a divulgação de livros proselitistas em que se defende a superioridade de uma religião sobre outra.

c) A divisão dos seres humanos em raças resulta de um processo de conteúdo tipicamente científico. Desse pressuposto origina-se o racismo que, por sua vez, gera a discriminação e o preconceito segregacionista.

d) Afigura-se inconstitucional a reunião organizada de pessoas em que se defende, explicitamente, a descriminalização do uso de substâncias psicoativas, vez que o discurso criminoso não pode ser tolerado no Estado Democrático de Direito.

17. Assinale a alternativa correta, a respeito do Superior Tribunal de Justiça, de acordo com a Constituição Federal.

a) O Superior Tribunal de Justiça compõe-se de, no máximo, trinta e três Ministros.

b) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, o crime político.

c) Compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar, em recurso ordinário, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

d) Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros com mais de trinta e menos de sessenta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal.

18. Sobre a saúde, de acordo com a Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que:

a) A descentralização, com direção única em cada esfera de governo, o atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais, e a participação da comunidade constituem diretrizes do sistema único de saúde.

b) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.

c) A lei disporá sobre as condições e os requisitos que facilitem a remoção e a comercialização de órgãos, tecidos e substâncias humanas para fins de transplante, pesquisa e tratamento, bem como a coleta, processamento e transfusão de sangue e seus derivados.

d) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, salvo nos casos previstos em lei.

19. O Art. 52 da Constituição Federal estabelece que compete privativamente ao Senado Federal suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal. Acerca da mais recente interpretação dada pelo Supremo Tribunal Federal sobre o tema, é correto afirmar que:

a) A suspensão da execução, pelo Senado, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, é requisito indispensável para que os efeitos da decisão tenha efeito vinculante e eficácia *erga omnes*.

b) A decisão de inconstitucionalidade operada em sede de controle incidental de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal é dotada de eficácia *ergo omnes* e efeito vinculante, de modo que o Senado tem apenas o papel de dar publicidade à decisão, mas os efeitos transcendentais do decidido dele não dependem.

c) Não pode o Supremo Tribunal Federal, sequer por mutação constitucional, extrapolar os limites semântico-gramaticais da Constituição Federal, sendo inadmissível interpretação que, em sede de controle incidental de constitucionalidade, reduza o papel do Senado Federal a mero órgão publicador, em razão da literalidade do Art. 52 da Carta Magna.

d) A decisão do Supremo Tribunal Federal que declara a inconstitucionalidade de uma lei tem eficácia *erga omnes* e efeito vinculante somente em sede de controle abstrato de constitucionalidade.

20. Assinale a alternativa correta, a respeito do Poder Executivo, de acordo com o Constituição Federal.

a) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, desde que admitida a acusação por dois terços dos membros do Congresso Nacional.

b) Admitida a acusação contra o Presidente da República, pela maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns, ou perante o Senado Federal, nos crimes de responsabilidade.

c) Compete privativamente ao Presidente da República prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

d) Atentar contra os direitos sociais constitui hipótese de crime de responsabilidade do Presidente da República.

21. Acerca das imunidades tributárias, de acordo com a Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A imunidade prevista no texto constitucional referente aos livros alcança os livros eletrônicos, bem como os suportes utilizados exclusivamente para fixá-los.

b) É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituir impostos sobre o patrimônio, renda ou serviços dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei.

c) Os requisitos para o gozo da imunidade tributária devem, necessariamente, ser veiculados por meio de lei complementar.

d) Não incide o IPTU considerado imóvel de pessoa jurídica de direito público cedido a pessoa jurídica de direito privado, devedora do tributo.

22. Acerca da repartição das receitas tributárias, de acordo com a Constituição Federal, é correto afirmar que:

a) Pertencem aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seus territórios.

b) Pertencem aos Municípios vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.

c) A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios divulgarão, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados, os recursos recebidos, os valores de origem tributária entregues e a entregar e a expressão numérica dos critérios de rateio.

d) A União entregará do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, vinte por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

23. Sobre as receitas e as despesas, de acordo com a Lei 4.320 de 1964, é INCORRETO afirmar que:

a) Tributo é a receita derivada instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da

constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinando-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.

b) São transferências de capital as dotações para investimentos ou inversões financeiras que outras pessoas de direito público ou privado devam realizar, independentemente de contraprestação direta em bens ou serviços, constituindo essas transferências auxílios ou contribuições, segundo derivem diretamente da Lei de Orçamento ou de lei especialmente anterior, bem como as dotações para amortização da dívida pública.

c) Classificam-se como despesas de capital as dotações para despesas as quais não corresponda contraprestação direta em bens ou serviços, inclusive para contribuições e subvenções destinadas a atender à manutenção de outras entidades de direito público ou privado.

d) São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.

24. Assinale a alternativa correta, a respeito do tombamento.

a) O tombamento definitivo dos bens de propriedade particular será, por iniciativa do órgão competente do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, transcrito para os devidos efeitos em livro a cargo dos oficiais do registro de imóveis e averbado ao lado da transcrição do domínio.

b) O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional possuirá um Livro do Tombo, em que serão inscritas todas as espécies de bens passíveis de serem considerados como patrimônio histórico e artístico nacional.

c) O tombamento dar-se-á de forma compulsória, não sendo admitida modalidade voluntária, já que compete ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, discricionariamente, definir os bens passíveis de serem tombados.

d) A coisa tombada não poderá sair do país, ainda que por curto prazo.

25. Acerca dos servidores públicos, conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que:

a) Cabe ao Poder Judiciário, ainda que não tenha função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.

b) O limite de idade para a inscrição em concurso público é inconstitucional, por contrariar o princípio da moralidade e da isonomia, sendo inviável justificar limite de idade com base na natureza das atribuições do cargo a ser preenchido.

- c) Tabeliães e oficiais de registro público não são considerados servidores públicos, de modo que é inconstitucional norma de Constituição local que lhes atribua aposentadoria de servidor público.
- d) O regime de subsídio é compatível com outras parcelas remuneratórias de natureza mensal.
-

26. Assinale a alternativa INCORRETA, a respeito dos poderes administrativos.

- a) O poder regulamentar consiste na possibilidade de a administração pública editar atos com conteúdos gerais e abstratos, prevendo o texto constitucional, expressamente, os regulamentos autônomos, ou seja, aqueles aptos a inovar o ordenamento jurídico, independentemente da existência de lei anterior sobre o tema.
- b) Compete ao Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- c) O poder hierárquico confere à administração direta o poder-dever de fiscalizar as atividades exercidas pelas entidades da administração indireta a ela vinculadas.
- d) As sanções disciplinares são independentes em relação às penalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa, não havendo necessidade de se aguardar o trânsito em julgado da ação de improbidade para aplicação das penas de demissão ou de cassação de aposentadoria.
-

27. Sobre licitação, assinale a alternativa correta.

- a) Na contratação dos serviços de publicidade, inadmite-se a adjudicação do objeto da licitação a mais de uma agência de propaganda.
- b) No pregão não se admite a exigência do pagamento de taxas e emolumentos para que seja fornecido o edital ao interessado.
- c) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- d) As compras, sempre que possível, deverão ser processadas através de sistema de registro de preços.
-

28. Sobre as parcerias público-privadas no âmbito da administração pública, é correto afirmar que:

- a) A vigência do contrato não será inferior a 5 (cinco), nem superior a 35 (trinta e cinco) anos, incluindo eventual prorrogação.
- b) Os contratos deverão prever a possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública.

c) Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, sob a modalidade de sociedade anônima, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria.

d) Na contratação das parcerias público-privadas são suscetíveis de delegação as funções de regulação e o exercício do poder de polícia, desde que previsto no instrumento convocatório.

29. No que diz respeito aos contratos administrativos, é correto afirmar que:

- a) É permitido a qualquer licitante o conhecimento dos termos do contrato e do respectivo processo licitatório e, a qualquer interessado, a obtenção de cópia autenticada, independentemente do pagamento de taxas ou emolumentos.
- b) Não são passíveis de serem solucionados por arbitragem ou mediação os conflitos relacionados a contratos submetidos ao RDC (Regime Diferenciado de Contratações Públicas).
- c) Admite-se, excepcionalmente, desde que justificado pela autoridade máxima do órgão, a fim de tutelar o interesse público, contratação com prazo de vigência indeterminado.
- d) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.
-

30. Sobre o direito real de laje, de acordo com o Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A ruína da construção-base implica extinção do direito real de laje instituído sobre o subsolo.
- b) O proprietário de uma construção-base poderá ceder a superfície superior ou inferior de sua construção a fim de que o titular da laje mantenha unidade distinta daquela originalmente construída sobre o solo.
- c) A instituição do direito real de laje não implica a atribuição de fração ideal de terreno ao titular da laje ou a participação proporcional em áreas já edificadas.
- d) Em caso de alienação de qualquer das unidades sobrepostas, terão direito de preferência, em igualdade de condições com terceiros, os titulares da construção-base e da laje, nessa ordem, que serão cientificados por escrito para que se manifestem no prazo de trinta dias, salvo se o contrato dispuser de modo diverso.
-

31. Sobre a pessoa natural, é correto afirmar que:

- a) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.
- b) É defeso o ato de disposição do próprio corpo quando forem contrariados os bons costumes.

c) É inexigível o consentimento de pessoa biografada relativamente a obras biográficas literárias ou audiovisuais, sendo, entretanto, necessária a autorização de pessoas retratadas como coadjuvantes.

d) Os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação serão registrados em registro público.

32. De acordo com o entendimento do STJ, a relação entre concessionária de serviço público e o usuário final, para o fornecimento de serviços públicos essenciais, tais como água e energia:

a) É de direito público, regulando-se pela lei de concessão e permissão, aplicando-se o prazo prescricional de 5 (cinco) anos, no caso de falha na prestação do serviço.

b) É consumerista, aplicando-se o prazo prescricional de 3 (três) anos, no caso de falha na prestação do serviço.

c) É consumerista, aplicando-se o prazo prescricional de 5 (cinco) anos, no caso de falha na prestação do serviço.

d) É de direito público, mas se admite a aplicação subsidiária da legislação consumerista, aplicando-se o prazo prescricional de 3 (três) anos, no caso de falha na prestação do serviço.

33. Acerca da ação rescisória, de acordo com o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

a) A decisão de mérito, transitada em julgado, pode ser rescindida quando a decisão rescindenda admitir fato inexistente ou quando considerar inexistente fato efetivamente ocorrido, desde que o fato represente ponto controvertido sobre o qual o juiz deveria ter se pronunciado.

b) Se o fundamento da ação for prova nova, o termo inicial do prazo decadencial será a data de sua descoberta, observado o prazo máximo de 5 (cinco) anos, contado do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

c) O direito à rescisão se extingue em 3 (três) anos contados do trânsito em julgado da última decisão proferida no processo.

d) Decisões interlocutórias de mérito, transitadas em julgado, não podem ser rescindidas.

34. Na execução fundada em título extrajudicial, a Fazenda Pública será citada para opor embargos em:

a) 15 (quinze) dias.

b) 30 (trinta) dias.

c) 10 (dez) dias.

d) 5 (cinco) dias.

35. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a respeito do princípio da fungibilidade recursal, é INCORRETO afirmar que:

a) A aplicação do princípio da fungibilidade recursal é possível nas hipóteses em que exista dúvida objetiva, fundada em divergência doutrinária ou mesmo jurisprudencial acerca do recurso a ser manejado em face da decisão judicial a qual se pretende impugnar.

b) O conceito de dúvida objetiva, para a aplicação do princípio da fungibilidade recursal, pode ser relativizado, excepcionalmente, quando o equívoco na interposição do recurso cabível decorrer da prática de ato do próprio órgão julgador.

c) Contra a decisão que nega seguimento a recurso especial interposto contra acórdão em conformidade com tese firmada em sede de recurso repetitivo cabe agravo interno, mas a interposição de agravo em recurso especial no seu lugar constitui hipótese de aplicação do princípio da fungibilidade recursal.

d) A interposição de agravo interno contra decisão colegiada constitui erro grosseiro, sendo inviável a aplicação do princípio da fungibilidade recursal para o recebimento do recurso como embargos de declaração.

QUESTÕES 36 A 45 - LÍNGUA PORTUGUESA

Leia o trecho a seguir e responda às questões de 36 a 40:

“Quando eu era menino, na escola as professoras me ensinaram que o Brasil estava destinado a um futuro grandioso porque as suas terras estavam cheias de riquezas: ferro, ouro, diamantes, florestas e coisas semelhantes. Ensinaram errado. O que me disseram equivale a predizer que um homem será um grande pintor por ser dono de uma loja de tintas. Mas o que faz um quadro não é a tinta: são as ideias que moram na cabeça do pintor. São as ideias dançantes na cabeça que fazem as tintas dançar sobre a tela.

Por isso, sendo um país tão rico, somos um povo tão pobre, somos pobres em ideias. Não sabemos pensar. Nisto nos parecemos com os dinossauros, que tinham excesso de massa muscular e cérebros de galinha. Hoje nas relações de troca entre os países, o bem mais caro, o bem mais cuidadosamente guardado, o bem que não se vende, são as ideias. É com as ideias que o mundo é feito. Prova disso são os tigres asiáticos, Japão, Coreia, Formosa, que pobres de recursos naturais, se enriqueceram por ter se especializado na arte de pensar.”

Trecho extraído do texto “Pensar”, de Rubem Alves, 2007.

36. Analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa que apresenta a interpretação mais adequada ao sentido geral do texto.

a) Para o autor, somente os recursos naturais são imprescindíveis para o estabelecimento da riqueza e bem-estar da população de um país.

- b) O autor reclama que, na escola, não lhe foi ensinado corretamente sobre os tigres asiáticos, nem tampouco sobre o Japão.
- c) Segundo o ponto de vista apresentado pelo autor, aprender a arte de pensar é fundamental para o estabelecimento e desenvolvimento de um país.
- d) Conforme as palavras do autor, “o Brasil é riquíssimo, tanto em recursos naturais quanto em nobreza cultural e intelectual”.

37. A respeito dos verbos “ensinaram” e “disseram”, presentes no primeiro parágrafo do texto, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

- I. Estão conjugados a partir da terceira pessoa do plural (eles/elas).
- II. Estão empregados no pretérito perfeito, o que significa que as ações aconteceram e terminaram no passado.
- III. Os verbos na sua forma infinitiva, ou seja, sem conjugar, são “ensinar” e “dizer”.
- IV. No texto, o sujeito que executa a ação do verbo “ensinaram” é “as professoras”.

- a) Somente a afirmativa I está correta.
- b) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
- c) Somente as afirmativas I e IV estão corretas.
- d) Todas as afirmativas estão corretas.

38. A respeito da frase “Não sabemos pensar”, presente no texto, analise as afirmativas a seguir, verifique quais são verdadeiras ou falsas, e assinale a alternativa correta.

- I. Na frase, o termo “pensar” funciona sintaticamente como objeto direto.
- II. O sujeito da frase é “pensar”.
- III. O verbo “sabemos” está conjugado na primeira pessoa do plural (nós).
- a) Todas as assertivas são falsas.
- b) As assertivas I e III são verdadeiras, e a II é falsa.
- c) Somente a assertiva III é falsa.
- d) Todas as assertivas são verdadeiras.

39. A partir da frase “nos parecemos com os dinossauros”, é correto inferir que o autor se refere:

a) aos japoneses e coreanos.

b) às galinhas.

c) às professoras que o ensinaram.

d) a nós, brasileiros.

40. Na frase “são as ideias dançantes na cabeça que fazem as tintas dançar sobre a tela”, é correto afirmar que o autor lança mão da figura de linguagem:

a) metáfora, pois ideias e tintas não dançam na realidade, mas no sentido figurado.

- b) hipérbole, para enfatizar o exagero, a abundância e a grandiosidade da ação.
- c) antítese, pois ideias e tintas são termos opostos entre si.
- d) pleonasma, pois repete sistematicamente os termos ideias e tintas.

Leia o excerto de Mario Quintana a seguir e responda às questões de 41 a 45:

“Nasci em Alegrete, em 30 de julho de 1906. Creio que foi a principal coisa que me aconteceu. E agora pedem-me que fale sobre mim mesmo. Bem! Eu sempre achei que toda confissão não transfigurada pela arte é indecente. Minha vida está nos meus poemas, meus poemas são eu mesmo, nunca escrevi uma vírgula que não fosse uma confissão. Há! Mas o que querem são detalhes, cruezas, fofocas... Aí vai! Estou com 78 anos, mas sem idade. Idades só há duas: ou se está vivo ou morto. Neste último caso é idade demais, pois foi-nos prometida a eternidade. Prefiro citar a opinião dos outros sobre mim. Dizem que sou modesto. Pelo contrário, sou tão orgulhoso que nunca acho que escrevi algo à minha altura. Porque poesia é insatisfação, um anseio de auto-superação. Um poeta satisfeito não satisfaz. Dizem que sou tímido. Nada disso! Sou é caladão, introspectivo. Não sei por que sujeitam os introvertidos a tratamentos. Só por não poderem ser chatos como os outros?”

Trecho do texto “A luta amorosa com as palavras”, escrito pelo poeta para a revista “Isto É” de 14/11/1984.

41. A respeito do gênero e da função do texto, é correto afirmar que se trata de:

a) uma poesia metrificada, de conteúdo biográfico.

b) um texto de caráter autobiográfico, escrito pelo poeta a pedido de uma revista.

c) uma reportagem com entrevista cedida pelo poeta para uma revista.

d) uma autobiografia em forma de poema, com versos regulares.

42. Analise as afirmativas a seguir a respeito das vírgulas empregadas na frase “Mas o que querem são detalhes, cruezas, fofocas...” e assinale a alternativa correta.

- I. As vírgulas são como pontos finais e estão empregadas incorretamente, pois trata-se de licença poética.
- II. A vírgula deve sempre separar o sujeito do predicado, por isso o seu uso está incorreto.
- III. É expressamente proibido usar mais de uma vírgula na mesma frase, por isso o uso das vírgulas está incorreto.

- a) Todas as afirmativas estão corretas.
 - b) Somente a afirmativa III está correta.
 - c) Somente as afirmativas I e II estão corretas.
 - d) Todas as afirmativas estão incorretas.
-

43. A respeito do sinal de pontuação utilizado nas frases “*Aí vai!*” e “*Nada disso!*”, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Trata-se do ponto de exclamação, cuja função indica, justamente, uma entonação de exclamação e marca a expressividade no enunciado.
 - b) Na norma padrão, o uso do ponto de exclamação é terminantemente proibido, ficando seu uso incorreto restrito a poetas, para lançarem mão de sua expressividade.
 - c) Este sinal de pontuação é utilizado para indicar emoção, surpresa, admiração, indignação, raiva, espanto, susto, exaltação, entusiasmo, dentre outros.
 - d) O ponto de exclamação, também chamado de ponto de admiração, traz para o texto uma entonação exclamativa, geralmente transmitindo sentimento e emotividade.
-

44. Assinale a alternativa que apresenta uma interpretação que se correlaciona direta e corretamente a “*Um poeta satisfeito não satisfaz*”, podendo servir como explicação para o sentido geral da frase.

- a) Feliz é o poeta que se cala.
 - b) A poesia está na vida, o poeta somente a traduz.
 - c) A insatisfação do poeta pode gerar verdadeira poesia.
 - d) Poemas, poesias, palavras: tudo são vaidade.
-

45. A respeito do termo “*nos*”, presente na frase “*Minha vida está nos meus poemas*”, analise as assertivas e assinale a alternativa correta.

- I. Trata-se da junção da preposição “em” com o artigo definido “os” (em + os = nos).
 - II. Na frase, trata-se do pronome pessoal da primeira pessoa do plural (nós).
 - III. É sinônimo de ‘nós’ (primeira pessoa do plural), mas está no caso oblíquo.
- a) Somente a afirmativa I está correta.
 - b) Somente as afirmativas II e III estão corretas.
 - c) Todas as afirmativas estão corretas.
 - d) Nenhuma afirmativa está correta.
-

QUESTÕES 46 A 50 - NOÇÕES DE INFORMÁTICA

46. Qual a relação que uma placa de rede “*on board*” e “*off board*” tem com a placa mãe?

- a) A on board é uma placa soldada junto à placa mãe sendo que a off board é uma placa separada que é somente encaixada na placa mãe.
 - b) A off board é uma placa soldada junto à placa mãe sendo que a on board é uma placa separada que é somente encaixada na placa mãe.
 - c) Ambas as placas são soldadas na placa mãe.
 - d) Não existe diferença.
-

47. O sistema operacional Windows 10, possui suporte a diversas configurações de desligamento/hibernação/suspensão para economia de energia, das funcionalidades abaixo, qual delas faz com que o sistema operacional volte mais rapidamente a seu estado anterior, antes do desligamento:

- a) Hibernar
 - b) Suspende
 - c) Desligar
 - d) Suspensão Híbrida
-

48. No software Microsoft Excel 2016, a função SOMA pode auxiliar muitos usuários em seus cálculos nas extensas planilhas. No exemplo a seguir **SOMA(A17;A127)** o usuário irá obter como resultado _____.

- a) A soma dos valores das células do intervalo (A17 até A127).
 - b) A soma dos valores das células A17 e A127 somente.
 - c) A soma dos valores das células do intervalo (A18 até A126) não incluindo A17 nem A127.
 - d) A fórmula apresentada está incorreta, o correto é SOMA(A=17 até A=127).
-

49. No Microsoft Power Point 2016, o ícone em destaque na figura abaixo é conhecido como?



- a) Apresentação de Slides
 - b) Modo de Exibição de Leitura
 - c) Separação de Slides
 - d) Classificação de Slides
-

50. No Microsoft Word 2013, podemos salvar um documento utilizando o ícone específico. Outra forma é ir no menu arquivo, e selecionar a opção salvar. Mas também existe um atalho de teclado para salvar um arquivo que é:

- a) Ctrl + S.
- b) Ctrl + N.
- c) Ctrl + I.
- d) Ctrl + B.

GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15

16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30

31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45

46	47	48	49	50